



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO PARÁ**  
**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS**

**Registro da 1º Reunião de Monitoramento e Avaliação do Plano de Gestão**  
**Biênio 2013-2015**

<b>1. Informações Gerais</b>		
Data: 26/08/2013	Local: Computer Hall- Sala Sollarium	Horário: 09h às 16h00
<b>Participantes</b>		
<b>Setor</b>	<b>Nome</b>	
Presidência	Desa. Presidente Luzia Nadja Guimarães Nascimento	
Chefe de Gab. da Presidência	Adria Aflalo	
Juiz Auxiliar da Presidência	Juiz João Batista Lopes do Nascimento	
Juíza Auxiliar da Presidência	Juíza Kátia Parente	
Juizado Especial	Juiz Cristiano Arantes	
Corregedoria do Interior	Juíza Marisa Belini	
Casa de Justiça e Cidadania	Juíza Antonieta Mileo	
Divisão de Apoio a Presidência	Maycon Rocha	
Secretária de Planejamento, Coordenação e Finanças	Mariléa Sanches	
Secretário de Administração	Antônio Brito	
Secretário de Informática	Ednaldo Correia	
Secretária de Gestão de Pessoas	Alice Loureiro	
Secretário de Controle Interno	Eduardo José Monteiro da Costa	
Chefe de Gabinete da Vice- Presidência	Paulo Roberto Corrêa Monteiro	
Ass. Esp. da Presidência	Raquelita Athias	
Ass. Esp. da Presidência	Jéssica Bosi	
Ass. Esp. da Presidência (SEPLAN)	Lilian Bendahan	
Secretaria Judiciária	Diogo Oliveira de Brito	
Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos (NURER)	Laura Bastos	
Escola Superior de Magistratura	Luiz Rocha	
Corregedoria do Interior	Jane Célia Cruz Santos	
Coordenadoria de Saúde	José Miguel Alves Jr	
Cerimonial	João Carlos Pereira	



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO PARÁ**  
**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS**

Coordenadoria de Imprensa	Will Montenegro
Cerimonial	Vera Cascaes
Departamento de Documentação e Informação	Pollyanna Pires
Coordenadoria Militar	Cel Luis Carlos Rayol de Oliveira
Coordenadoria Militar	Ten. Cel Jean Marcel
Secretaria de Informática	Nilce Ramôa
Secretaria de Administração	Fabrcio Rodrigues
Secretaria de Administração	Adalberto Malcher
Logística (SEAD)	Wajdi Zaidan
Coordenadoria de Treinamento e Formação (Secretaria de Gestão de Pessoas)	Ivângela Maria Souza Duarte
	Jean Karlo Quintela
Coordenadoria de Estatística (SEPLAN)	Karla Loren
Coordenadoria de Arrecadação (SEPLAN)	Leonardo Abreu
Coordenadoria de Gestão Estratégica (SEPLAN)	Valéria Fontelles de Lima
Coordenadoria de Gestão Estratégica (SEPLAN)	Francisco Sérgio Silva Araújo
Coordenadoria de Gestão Estratégica (SEPLAN)	Luciana Vieira de Souza Caliari
Coordenadoria de Gestão Estratégica (SEPLAN)	Neliane das Graças Pereira Colares

## **2. Objetivo da Reunião**

Avaliar a execução das ações do Plano de Gestão do biênio 2013-2015, referente ao período de fevereiro a julho de 2013.

## **3. Pauta**

09h00 – Abertura– Secretária de Planejamento - Mariléa Sanches

Moderação – Raquelita Athias

09h15min às 09h30min -Apresentação do SIMPLAN - Valéria Fontelles

09h30min às 12h40min - Apresentação do Relatório/ reflexão dos responsáveis pelas ações

Almoço – 12h40 às 13h45

14h00 às 15h45 - Apresentação do Relatório/ reflexão dos responsáveis pelas ações

16h00 – Encerramento – Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO PARÁ**  
**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS**

## **ABERTURA**

A reunião teve início com as boas-vindas da Secretária de Planejamento Coordenação e Finanças **Mariléa Sanches** – que parabenizou a disponibilização do SIMPLAN pela Gestão Estratégica, coordenada pela Valéria Fontelles, com uma equipe enxuta, composta pela Neliane Colares, Francisco Araújo, Luciana Caliari e os Analistas da Informática Fábio Azevedo e Cleber da Rocha da Secretaria de Informática, que desenvolveram o Sistema. Contaram com a colaboração da Assessora Especial Lilian Bendahan para o desenvolvimento do trabalho. Agradeceu ao Secretário Ednaldo Correia e sua equipe que cumpriram o solicitado em tempo recorde. O sistema SIMPLAN será apresentado e ao longo do dia será mostrado o que foi feito em seis meses.

Em sequência a Assessora Especial da Presidência **Raquelita Athias** – falou da importância deste trabalho para a Desembargadora Presidente. Por compromisso a mesma não estará presente cedo, mas estará presente assim que possível. Parabenizou o trabalho da equipe da Gestão Estratégica. Esclareceu que a Coordenadoria de Gestão Estratégica fará um resumo executivo de cada ação constante do Plano de Gestão. Depois cada responsável vai ter o tempo para explicar. Registrou a impossibilidade da Juíza Dra. Maria Vitória em participar do evento, por conta do elevador não estar funcionando, não sendo possível a utilização das escadas, por motivo de saúde.

## **APRESENTAÇÃO**

A Coordenadora de Gestão Estratégica **Valéria Fontelles** – informou que o SIMPLAN foi desenvolvido pela equipe da Coordenadoria da Gestão Estratégica, em conjunto com a Secretaria de Informática, com base no software livre *Redmine* para monitorar 113 ações e mais de 600 etapas. Informou do cancelamento de 2 ações: Controle Interno - a 1.2.7 Elaborar Manual de Procedimentos do Controle Interno, por estar contida na ação 1.2.6 e também a ação da Corregedoria do Interior - 2.2.1 Implantar e/ou estruturar os núcleos de Centrais de Penas Alternativas nas comarcas do interior onde haja vara ou juízo de execução penal, bem como os juízes do entorno que atuam com execução em meio aberto, em conformidade com a Resolução 024/2007 do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, pelo



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO PARÁ**  
**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS**

entendimento do Conselho Nacional de Justiça de que a criação desses núcleos no âmbito do Poder Executivo tem se mostrado mais positivos.

Explicou as funcionalidades básicas do SIMPLAN e os Relatórios Gerenciais. Informou que o conteúdo do Plano de Gestão do biênio 2013-2015 está inserido no SIMPLAN e praticamente todos os responsáveis registraram a execução das ações, somente 2 ou 3 usuários não alimentaram o período de Fevereiro a Julho de 2013. Alertou para a existência de problemas de preenchimento das informações, e ressaltou que a equipe da Gestão Estratégica está à disposição dos responsáveis por ação e etapas, de modo que seja emitido Relatório de Monitoramento do Plano de Gestão, do período Fevereiro a Julho/2013 para a Presidência, no mês de setembro. Apresentou cada um dos responsáveis por ação e sintetizou o status das principais ações de cada responsável, com base no Sistema de Monitoramento. Foi informado que a informática vai inserir o SIMPLAN no portal interno do Tribunal, no local onde ficam os Sistemas do Tribunal.

**Apresentação do Relatório/ reflexão dos responsáveis pelas ações**

Juiz Auxiliar da Presidência **João Batista Nascimento** – falou a respeito da Ação 1.1.1 –Reavaliar os *Manuais De Procedimentos Padronizados Da Área Judicial*, com o Concurso das Corregedorias - A reavaliação do manual já está concluída e atenderá aos servidores do apoio. Serão inseridas no manual as telas do sistema LIBRA. Dia 02/09 será apresentado o manual. Ação 1.1.7 - Agilizar o Processo de Substituição de Juízes em Ausências e afastamentos - Tabela de substituição de magistrados está em andamento, alguns normativos serão modificados.

Juíza Auxiliar da Presidência **Kátia Parente** – Informou que todas as ações sob sua responsabilidade foram iniciadas. Quanto ao SIGEO - Geoprocessamento: Depende de um servidor. Está só com um e precisa de mais. É necessário fortalecer o setor dentro do Judiciário. Ação 2.3.2- Normatizar o Núcleo Fundiário do Poder Judiciário do Estado, em relação ao núcleo de conflitos fundiários a portaria já foi elaborada e está aguardando aprovação da presidência. O núcleo foi criado em 2011, porém não foi implantado. O Fórum Nacional de Assuntos Fundiários irá fazer uma reunião no Estado do Pará. Será criado um Banco de Boas práticas na área fundiária. Ação 2.3.3 - Envidar Ações para Modernização dos Cartórios De Registro de Imóveis: Modernização de Registro de Imóveis - o CNJ está



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO PARÁ**  
**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS**

definindo o sistema que será utilizado para registros de imóveis. A ESM está preparando um curso na área notarial e de registradores de imóveis. Será implantado através de convênio um sistema *on-line* de penhora direcionado aos cartórios. Em 8/06/14 todos os cartórios deverão utilizar os sistemas eletrônicos.

Juíza **Marisa Belini** da Corregedoria do Interior – Informou da exclusão da Ação 2.2.1 que tratava da criação de núcleos de penas e medidas alternativas, considerando que o CNJ entende que tais núcleos devem ficar a cargo do Poder Executivo. Argumentou que a técnica utilizada no Plano de Gestão foi de difícil entendimento, visto que a área fim não possuía entendimento sobre planejamento. Estão sendo realizadas uma série de ações na corregedoria que não constam no referido Plano. Passou a palavra para a Assessora Jane Célia Cruz Santos.

A Assessora **Jane Célia Cruz Santos** da Corregedoria do Interior relatou que a ação 2.1.3 -Implantar Centros Judiciários de Solução de Conflitos encontra-se em andamento. Foram feitas reuniões com magistrados e servidores que possuem experiência na área de conciliação, atendimento processual, pré- processual e cidadania e definida a estrutura básica do núcleo, porém os custos são muito elevados, por isso foi elaborado um projeto piloto em Comarcas com estrutura. A Comarca de Paragominas foi escolhida devido a sua estrutura e localização. Serão realizadas parcerias à implantação do referido núcleo. As demandas foram encaminhadas ao departamento de engenharia, aguardando laudo e início das obras.

**Juiz Cristiano Arantes** dos Juizados Especiais – Informou que teve problemas operacionais para preenchimento das ações, pois atividades paralelas exigiram que ele se deslocasse de Belém. Informou que o sistema estará alimentado até o final da semana. O Juizado Especial do Torcedor ainda não foi implantado por questões estruturais. Quanto à elaboração do manual, encontra-se na fase de seleção da equipe de trabalho. A Ação 1.1.5 - Acompanhar a atuação das diversas unidades judiciárias vinculadas ao sistema de Juizados Especiais o acompanhamento das unidades vinculadas ao sistema de juizados especiais está aguardando a informática. Segundo a informática as turmas recursais estarão no sistema dentro de 1 mês. Relatou que está sendo feita muita coisa em relação aos juizados especiais, porém há atrasos na parte estruturante. Há necessidade de 12 varas de



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO PARÁ**  
**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS**

juizados especiais (parte estruturante). Muitos processos estão em atraso em Ananindeua. Só os mutirões não são suficientes. Turmas recursais mais de 3.000 recursos julgados de um total de 9.000. Os projetos Armário limpo, verão com justiça e museu sobre rodas são ações importantes, porém os juizados continuam com problemas.

**Luiz Rocha** da Escola Superior de Magistratura – Afirmou que tentou alimentar o sistema, mas não conseguiu devido a problemas no endereço eletrônico. Foi definida a área de direitos humanos para o mestrado. Primeiramente foi feito um estudo da legislação nacional e visitas a UFPA e CESUPA. As duas instituições encaminharão projeto pedagógico que será analisado pela presidência. Será feita licitação para contratação da instituição. A seleção ocorrerá no final do ano. O início das aulas será em 2014. Servidores e magistrados interessados deverão preparar seus projetos. As vagas são somente para servidores efetivos do TJ.

**Paulo Roberto Monteiro** – falou da Ação 1.1.17 – Implantar o setor de autuação e numeração de processos originários do Tribunal de Justiça do Estado do Pará e dos recursos dirigidos ao mesmo - foi criado o setor de autuação em 13/04/13, anteriormente o serviço era realizado pela Secretaria das câmaras. O setor tem como objetivo melhor atendimento ao jurisdicionado. As etapas estão em fase de conclusão. Os problemas são a grande demanda processual e o número de servidores (apenas 5). O espaço já foi definido ao lado da biblioteca porém não é suficiente por conta do volume de processos. O setor será ampliado e o processo está em fase de licitação. O setor já está equipado, porém ainda falta a aquisição da máquina numeradora que está em fase de licitação. O sistema de informática já foi implantado, porém está apresentando algumas falhas. A presidência irá adequar o número de servidores no setor. Os servidores que hoje estão trabalhando já receberam capacitação.

Secretário de Informática **Ednaldo Correia** – Destacou a importância da informática e a criação de um planejamento estratégico de tecnologia para acompanhar o Plano de Gestão do órgão. Informou que a ação de atualização de ferramentas internas está atrasada, pois foi dada prioridade ao portal. A intranet será o meio através do qual serão divulgadas as informações internas. O portal externo também foi estruturado para possibilitar maior acesso ao sistema LIBRA. Os escritórios de advocacia acessam diariamente o



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO PARÁ**  
**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS**

sistema LIBRA através de robôs o que estava causando impactos no sistema. Novo modelo de comunicação de dados será implantado em 95 comarcas. Atualmente só 4 possuem *link* de 2 mega. Qualquer solução de mensagem interna depende de melhorias na implementação dos links. Muitas etapas estão vinculadas a outras que ainda estão em andamento. Todas as etapas serão analisadas através de percentual para melhor verificação do que já foi realizado. As mensagens instantâneas estão atrasadas por conta de outras ações, outros sistemas demandam tempo como o banco de talentos. Quanto à modernização do sistema LIBRA a ferramenta já foi entregue, porém está com uma pendência de adaptação de módulo de segurança do sistema, a data da ação será revista. Em relação à infraestrutura tecnológica o termo de referência será lançado em setembro.

Assessora Especial da Presidência **Raquelita Athias**– Nas ações de planejamento estão incluídas as ações da Presidente, que estão sendo cumpridas conforme previsto e com resultados inovadores, como por exemplo, o colegiado de planejamento estratégico composto por todos os responsáveis do Plano de Gestão, que vem cumprindo todas as fases do planejamento como a elaboração do Plano de Gestão e seu acompanhamento. Foi criado o comitê de indicadores, de caráter inovador na instituição, porque trouxe clareza em questões antes pouco debatidas, especialmente no tocante às Metas Nacionais. Além disso, é o fórum onde serão discutidas questões como o índice de carências de vara e questões referentes à competência das unidades judiciárias. As reuniões são bimestrais. É um órgão que poderá ser mantido em outras gestões. Outro aspecto relevante no item planejamento é a institucionalização dos projetos elaborados por juízes em suas comarcas, que estão sendo formatados e analisados pela Presidente. Até o momento, já foram publicados os projetos Armário Limpo e Conquistando a Liberdade. Após o tratamento técnico ao texto, os juízes auxiliares elaboram as portarias e publicam. Existem cinco projetos a serem formatados, até o momento. Outra ação que merece atenção é a realização dos Encontros Regionais, ação prioritária para a atual gestão. Já aconteceu o primeiro, reunindo juízes e diretores de secretaria das regiões judiciárias de Abaetetuba, Cametá e Castanhal, realizado no município de Barcarena, distrito do Caripi. E estão programados encontros para todas as regiões judiciárias. Com relação à Ação 1.1.12 – Realizar estudos e propor recomendações para elaborar projeto de reestruturação e normatização das unidades administrativas do Poder Judiciário - ainda não foi iniciada por precaução para não entrar em uma seara com



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO PARÁ**  
**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS**

pouco tempo de casa e será reprogramada. A Ação 8.1.4 – Fortalecer a atividade de captação de recursos externos destinados ao financiamento de programas implementados pelo Poder Judiciário do Estado do Pará – também não prosperou como programada. Nesta ação de captação de recursos foi realizada somente 1 viagem a Brasília, porém não houve proposta satisfatória, a sugestão é que se crie uma equipe para trabalhar nesta captação.

Secretário de Controle Interno **Eduardo José Monteiro da Costa** - O controle interno passou a se integrar o modelo de gestão do TJPA executando ações de mitigação de riscos dentro de uma visão mais ampla de governança. Como parte do processo foi implantada a Divisão de Auditoria, sendo que esta até o momento já realizou 10 auditorias. Ação 1.2.6. Elaborar manual de procedimentos para elaboração de Normativos Técnico- Administrativos – não há normatização de procedimentos técnicos-administrativos em grande parte das unidades administrativas do TJPA. Destacou que a meta 16 do CNJ define a avaliação dos controles internos como uma das metas principais do controle interno. Explicou que para a avaliação de controles internos há a necessidade de elaboração de manuais de procedimentos técnicos-administrativos nas áreas administrativas do TJPA, destacando que os manuais precisam ser elaborados dentro de um padrão institucional. Neste sentido, já foi elaborado 1 manual base que irá nortear os demais. O mesmo está aguardando aprovação da Presidente para que seja apresentado. Como existem diversos manuais em andamento é necessária a aprovação do manual base. Serão elaborados diversos manuais para cada unidade do tribunal. Para isto, será contratada uma empresa de consultoria para elaboração de 10 manuais iniciais e os servidores serão capacitados para elaborar os demais manuais.

Secretária de Planejamento Coordenação e Finanças **Mariléa Sanches** – Informou que em relação a ação do Fundo de Reaparelhamento do Poder Judiciário existe a meta de encaminhar a ALEPA 2 projetos de Lei sobre custas judiciais e outra sobre os cartórios. O projeto conta com apoio do Desembargador Milton Nobre, Abdon e Marilene. O projeto já está pronto aguardando o encaminhamento para ALEPA. Há expectativa de arrecadação de mais de 17 milhões com a elevação das custas judiciais. Em relação ao projeto que trata da reavaliação das custas dos cartórios já foi realizada reunião com os representantes dos cartórios. Quanto ao sistema do Plano de Gestão houve necessidade de recorrer à informática para criação do sistema não só para acompanhamento do Plano de Gestão mais também do PPA e Planejamento Estratégico. A Pesquisa de Clima Organizacional (PCO)



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO PARÁ**  
**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS**

será postergada para 2014, em função do Censo Nacional que iniciou agora em agosto. Já a Pesquisa de Satisfação de Usuários será lançada em 01 de setembro e os formulários já estão prontos. As demais ações são rotinas como a compatibilização do orçamento. Os recursos para desenvolvimento do Plano de Gestão estão assegurados. O monitoramento dos repasses é contínuo, pois o Executivo sempre repassa os recursos com certo atraso.

Secretária de Gestão de Pessoas **Alice Loureiro** - A ferramenta do Banco de talentos está sendo desenvolvida pela empresa OSM que irá apresentar o projeto a Presidente. O sistema deverá ser alimentado com as aptidões dos servidores, será usada a 'prata da casa' para dar treinamento. O processo de nova estrutura das varas foi encaminhado a SEPLAN para análise da disponibilidade orçamentária. Ação 6.2.4 - Prosseguir na substituição paulatina da força de trabalho disponibilizada pelas prefeituras municipais, por meio do incremento do quadro próprio, mediante a realização de concurso de remoção e de concurso público para os cargos da área finalística e da área meio - a substituição da força de trabalho das prefeituras está ocorrendo gradativamente, foram nomeados 2009 novos servidores, porém estão em exercício apenas 900 servidores. Ainda há carências nos interiores. O concurso de remoção acontecerá no início de 2014. Quanto ao novo concurso público o termo de referência já foi elaborado. Será feita a revisão da descrição dos cargos com a ajuda de uma assessoria terceirizada.

**Laura Bastos** – Destacou que os problemas com a digitalização dos processos para encaminhar ao STJ foi solucionado com a mão de obra das detentas, pois anteriormente cada servidor das secretarias tinha que digitalizar seus processos. O A sala que seria para o arquivo está ocupada com a digitalização. As secretarias de 2º grau possuem espaço pequeno e estão cheias de processos. O levantamento do quantitativo de processos está sendo realizado. Há urgência de espaço para o arquivo.

**Diogo Oliveira Brito**- Comunicou que as sessões do Pleno serão transmitidas ao vivo pela rádio web.

**Juíza Antonieta Miléo** - Falou das parcerias da Casa de Justiça e Cidadania com o Procon, Universidades e destacou que 75% das demandas recebidas pela CJC são solucionadas.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO PARÁ**  
**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS**

Será feito um trabalho referente a ações de saúde. Há dificuldades administrativas com necessidade de servidores e também problemas com a informática.

**Maycon da Rocha** – Ação 5.3.8 - Atualizar a área de legislação do portal do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, abrangendo mecanismos de busca e contemplando todos os atos normativos internos em vigor - das portarias vigentes até 2010 foram levantadas quantas iriam para a biblioteca digital, esta ação foi em conjunto com a biblioteca. O resumo de cada resolução ainda não foi indexado. Já estão cadastradas na biblioteca digital 140 portarias. O usuário que precisar acessar um ato que não esteja na Biblioteca Digital é só entrar em contato com o ramal 3020.

Assessor de logística **Wajdy Zaidan** - Ação: 1.2.3 – Criar novos processos logísticos com ênfase no planejamento, aquisição, gestão e distribuição de materiais de consumo e permanentes, que permitam organizar e agilizar todas as operações na cadeia de suprimentos do Tribunal de Justiça do Estado Do Pará - Foi feita uma análise situacional da logística referente ao período 2010/2012, houve crescimento de 61% na solicitação das demandas em 2 anos. Em 2012 foram atendidos 1.200.000 itens, com média de 420 solicitações de compras por ano, sendo 6% referentes à aquisição de material permanente e 94% solicitações de material de consumo. Do total de pedidos atendidos em 2012, 61% foram da RMB e 39% dos interiores. Há necessidade de uma gestão voltada a logística da cadeia de suprimentos com a criação de uma divisão de suprimentos. Quanto à descentralização do almoxarifado (Santarém e Marabá), um estudo demonstrou que a demanda dessas localidades é pequena por isso não há necessidade de descentralização.

Diretor do Departamento de Relações Institucionais **João Carlos Pereira**– Em relação à Ação 5.3.10 – Preparar, Instalar e acompanhar o funcionamento da Rádio Web - projeto rádio web iniciará em 2/09 em caráter experimental, será ouvido nos computadores do tribunal ou através de aplicativo de celular. Outras emissoras poderão reproduzir as notícias do Tribunal. A programação será musical e jornalística, a rádio ficará 24 horas no ar. Ação 6.1.10 - Estabelecer contato com instituições de ensino e escolas de outros órgãos públicos para criar projetos de colaboração mútua – esta ação será trabalhada a partir de 02/09.

Assessor técnico administrativo **Will Montenegro**– Quanto a Ação 5.3.3 – Tornar proativo o desempenho da assessoria de imprensa no relacionamento com a mídia e nos



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO PARÁ**  
**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS**

resultados da divulgação das atividades do Poder Judiciário do Estado do Pará para o grande público - já foram publicadas 876 matérias referentes ao Tribunal, sendo 233 relacionadas a gestão da Desembargadora, além dessas matérias também foram divulgadas informações no rádio e TV. Ação 5.3.4 – Utilizar redes sociais para informar, em tempo real, as atividades do Poder Judiciário do Estado do Pará - O projeto *Twitter* e *Facebook* já foram aprovados. Ação 5.3.5 – Preparar os magistrados para comunicação com a mídia em geral. - O projeto de preparação de magistrados para falar com a mídia está em fase de negociação.

Diretora do Departamento de Documentação e Informação **Pollyanna Pires**– No que se refere à Ação 1.1.14 – Avaliar e reorganizar a gestão do arquivo geral do poder judiciário do Estado do Pará - Objetiva organizar o arquivo de oito Comarcas, sendo previsto a implantação de 4 Comarcas em 2013 e 4 em 2014. Somente a Comarca de Ananindeua já está organizada. Houve a contratação de 05 estagiários. Será alugado um imóvel em Santarém para iniciar o processo de reorganização. Em Belém será construído um prédio na Rua Augusto Montenegro. Provisoriamente foi alugado um imóvel na Bernal Couto. Houve treinamento realizado pelo CNJ sobre como gerir documentos para servidores do Tribunal do estado do Pará em organização de arquivos. O sistema Libra está sendo alimentado com informações arquivistas. No que se refere à Ação 1.1.19 – Rever o tratamento dado ao acervo bibliográfico do poder judiciário do Estado do Pará, instituir o acesso virtual à biblioteca, criação de links para utilização de modernos recursos de leitura - Com relação ao trabalho do acervo bibliográfico o quadro de pessoal é reduzido. Foi feito o descarte de material defasado. Foram oferecidos livros para instituições, bibliotecas. Caso não tenham interesse serão oferecidos para entidades como EMAÚS. Com o descarte será aberto espaço para novas aquisições, pois as últimas aquisições datam de 2007. A biblioteca fechará contratos para assinaturas digitais. Existe o projeto de reestruturação da Biblioteca localizada no Prédio do Lauro Sodré. Muitos eventos ocorrem naquele espaço, pela falta de um auditório no prédio. Com a reestruturação objetiva-se criar um espaço para auditório, um museu. O Projeto foi encaminhado à Engenharia. No que se refere à Ação 3.2.1 – Estimular e participar do movimento pelo resgate da memória do Poder judiciário- Como parte do projeto de Resgate da Memória do Poder Judiciário, foram entrevistados 4 ex Presidentes e uma Servidora. Será lançada uma caixa Box com a registros de memória oral do Tribunal. Estão sendo catalogadas diversas fotografias.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO PARÁ**  
**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS**

Coordenadora de Cerimonial e relações públicas **Vera Cascaes** - A respeito da Ação 5.3.6 - Elaborar e disponibilizar o *Manual do Cerimonial* do Tribunal de Justiça do Estado Pará - foi feito diagnóstico das atividades do cerimonial e verificou-se que são realizadas diversas atividades, inclusive há uma gráfica que atende as necessidades das comarcas do interior (ilustração, revisão de folders etc.). Foi realizada pesquisa na legislação de 27 tribunais de justiça sobre legislação dos cerimoniais, apenas 4 tem manuais publicados. Cada Tribunal de Justiça tem um modelo de cerimonial e protocolo. A maioria segue o decreto n.º 7274 que já se encontra defasado. Os manuais já existentes serão analisados para que seja elaborado o manual do TJPA. Será incluído no manual o regimento da ordem do mérito, entrega de medalhas e etc.. Há necessidade de mais servidores no cerimonial principalmente com experiência e redigir textos. Uma vez compilado, o manual será revisado pelo João Carlos e encaminhado para presidência para aprovação.

Coordenadora de Treinamento e Formação **Ivângela Duarte** – Foram mapeadas as necessidades de capacitação de servidores, o projeto já está em andamento e o cronograma de capacitações já está pronto. Serão contemplados servidores da capital e do interior. Está em andamento a proposta de especialização em gestão de liderança. Em setembro haverá o 1º curso de capacitação em práticas de cerimonial. Será feita parceria da Secretaria de informática com a ESM para educação à distância. A criação do banco de facilitadores através da análise curricular está em andamento. O projeto Escola do Servidor do judiciário está em andamento e segundo diretrizes do CNJ. Também estão sendo desenvolvidas atividades motivacionais.

Coordenador de Saúde Desenvolvimento e Avaliação de Pessoal - **José Miguel Alves Jr** – Algumas ações estavam aguardando o novo portal. A ação de melhorar o atendimento interno da saúde está sendo colocada em prática, também será disponibilizado um questionário de avaliação do plano de saúde da UNIMED. Estão sendo realizadas campanhas *on-line* (tabagismo, obesidade e hepatite). A avaliação de desempenho dos servidores já está elaborada, falta encaminhar a presidência. O programa de saúde do servidor ainda não iniciou, depende da criação de um módulo do MENTHOR. O programa Hiperdia está parado, depende dos dados dos exames periódicos. Foram feitas medidas antropométricas dos servidores, porém há um problema no banco de dados.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO PARÁ**  
**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS**

Diretor do Departamento de engenharia, arquitetura e manutenção **Adalberto Malcher** – Ação 7.1.3 - Criar o banco de imagens dos fóruns do interior, com o objetivo de facilitar a tomada de decisão sobre o plano de obras e de estabelecer padrões de pintura e paisagismo- está sendo feito o levantamento dos prédios do TJ através da análise das plantas e fotos. Maioria dos imóveis não está com situação regular. Foi solicitado que os próprios servidores das comarcas encaminhassem informações sobre as edificações. Será realizado um trabalho de padronização dos imóveis do Tribunal. As comarcas do interior tem muitos problemas de manutenção, já foi feita a 1º ata de registro de preços relacionada a manutenção de comarcas do interior.

Subcoordenador Militar **Cel. Rayol** – O gabinete de crise é um modelo inovador que não existe em outros tribunais. O executivo irá indicar um representante para compor esse gabinete. Existe certa dificuldade para publicar o Decreto visto que o executivo quer gerenciar o projeto. Quanto à segurança de magistrados e servidores já foi elaborado um diagnóstico da segurança em todo Estado, através de questionário no *Excel*. Observou-se que muitos prédios estão com problemas na documentação. Há dificuldade quanto a prevenção de incêndios, pois vários prédios de Tribunal são adaptados. Será realizado treinamento com servidores para situações de emergência.

Coordenadora de Gestão Estratégica **Valéria Fontelles** – Agradeceu a adesão dos responsáveis por ações e etapas no preenchimento do SIMPLAN. Ressaltou que o registro das informações da execução das ações e etapas é fundamental e deve ser efetuada de forma contínua, de forma a demonstrar o que está sendo feito, as reprogramações consideradas necessárias, considerando que o processo de planejamento é dinâmico. Colocou o Setor de Gestão Estratégica à disposição para tirar dúvidas. Ressaltou que o monitoramento será apoiado pelas reuniões trimestrais.

Assessora da Presidência lotada na SEPLAN- **Lilian Bendahan**- Ressaltou que o SIMPLAN abrange o Plano de Gestão, Plano Plurianual e Planejamento Estratégico, tendo sido concluído apenas o primeiro módulo para monitoramento do Plano de Gestão. Acrescentou que a semente foi plantada. Cada ação do Plano é acompanhada por monitores do setor de Gestão Estratégica que podem atender quando houver dúvida. Ressaltou a



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO PARÁ**  
**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS**

necessidade dos responsáveis por ação alimentarem o Sistema com o registro de todas as informações, sejam quantitativas ou qualitativas.

## **ENCERRAMENTO**

Desembargadora Presidente **Luzia Nadja Guimarães Nascimento** - Não existe gestão que começa e termina no biênio. É contínua. Temos que ser semente. É o início de um modelo de Gestão. Rotina é assinar atos, manutenção de um prédio. Gestão é mudança. Dentro do que gostaríamos de fazer, escolhemos e decidimos pelo que poderíamos fazer. Vamos deixar uma semente tão plantada e profunda. Estamos mudando paradigmas. É importante ter um sistema para fazer um acompanhamento, por isto é o SIMPLAN existe. Temos também a tarefa de elaborar o Planejamento Estratégico 2015 – 2019. É uma grande responsabilidade planejar as ações que serão desenvolvidas quem vier depois de nós. É importante ouvir o outro. Não é fácil ouvir, mas é importante, pois o resultado com certeza será diferente e melhor. É importante o Curso de Gestão para Servidores e Magistrados. Que sejam mais qualificados em Gestão, pois os desafios são grandes e cada vez maiores. Antes de declarar o encerramento dos trabalhos, ressaltou que se não deixarmos os frutos, as sementes com certeza estarão lá.

### **4. Deliberações**

- 1) Que os responsáveis por ação registrem no SIMPLAN não somente as informações quantitativas, mas sobretudo o teor qualitativo de cada ação/etapa, inclusive a síntese executiva exposta na reunião de monitoramento do Plano de Gestão;
- 2) Que os responsáveis por ação efetuem a contínua alimentação mensal no SIMPLAN, tornando-se rotina de trabalho;
- 3) Será realizada nova reunião de avaliação em novembro/2013, tendo como base o mês de outubro/2013;
- 4) Será efetuado ajustes no SIMPLAN, com a inserção de campo para os usuários inserirem o percentual da execução das ações, de forma a possibilitar a construção do Gráfico de Gantt.